

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
29 03 2017	15h.	23ª SESSÃO ORDINÁRIA.		1	

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 23ª
(VIGÉSIMA TERCEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 29 DE MARÇO DE 2017.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Está aberta a sessão.
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.
Convido a Deputada Telma Rufino a secretariar os trabalhos da Mesa.
Não havendo *quorum*, a Presidência vai suspender a sessão durante quinze minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h03min, a sessão é reaberta às 15h06min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Está reaberta a sessão.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O Expediente lido vai à publicação.

Quero dar as boas-vindas aos nossos policiais civis mais uma vez.

Continuamos em obstrução.

Boa tarde, Deputada Luzia de Paula.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 03 2017	15h.	23ª SESSÃO ORDINÁRIA.	2

Solicitamos aos nobres Deputados que venham ao plenário para que possamos iniciar a Ordem do Dia e os trabalhos de hoje.

Enquanto os Parlamentares não chegam, a Presidência vai suspender a sessão durante dez minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h09min, a sessão é reaberta às 15h15min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Declaro reaberta a presente sessão.

Sobre a mesa, Mensagem nº 39, de 2017, do Governador do Distrito Federal, que será lido pela Sra. Secretária.

DEPUTADA TELMA RUFINO – “Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa, dirijo-me a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais para submeter à apreciação dessa Casa o anexo Projeto de Lei Complementar, que acrescenta o §3º ao artigo 157 da Lei Complementar nº 840/2011 a fim de possibilitar a disposição de servidores públicos do Distrito Federal a outros órgãos e entidades da União, Estados e Municípios, em casos excepcionais.

A justificação para a apreciação do Projeto ora proposto encontra-se na Exposição de Motivos da Senhora Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Dado que a matéria necessita de apreciação com relativa brevidade, solicito, com base no art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que a presente Proposição seja apreciada em regime de urgência.

Atenciosamente,

Sr. Governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg.”

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O Expediente lido vai à publicação.

Em primeiro lugar, quero dar boas-vindas ao Presidente do Sinpol, Sr. Rodrigo Franco; ao Paulinho de Almeida, representando o Sindicato dos Delegados de Polícia Civil do DF – SINDEPO; à Ana e ao Bruno, representando o sindicato dos peritos; e às demais entidades de classe. Rafael, Benício, se já estão presentes, e os demais, sintam-se cumprimentados.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 03 2017		15h.	23ª SESSÃO ORDINÁRIA.		3

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Deputado Bispo Renato Andrade, hoje pela manhã ouvi uma notícia na CBN e mandei apurar. É verdadeira, e cheguei à conclusão de que está na hora de fecharmos a Câmara Legislativa, entregar as chaves. Não serve para nada!

V.Exa. está presidindo a sessão neste momento, Deputado Wellington Luiz. O Tribunal de Contas do Distrito Federal tem sete conselheiros, cinco são ex-Deputados. Eles tomaram uma decisão, Deputado Wasny de Roure, esdrúxula e absurda, de que qualquer projeto que trate de reajuste de servidores, encaminhado pelo Poder Executivo, qualquer que seja o projeto, eles têm que apreciar antes, para autorizarem a tramitação ou não – o Tribunal de Contas do Distrito Federal. O mais grave é que o Governador que foi eleito pelo povo se submete a esse tipo de coisa. Segundo a CBN, Deputado Prof. Reginaldo Veras, o Governador disse que está de acordo. Se permanecer esse monstro, é melhor fecharmos isso aqui. Serve para quê? As categorias forcem, brigam, lutam, e vem algum reajuste. Aí, não pode. Eles vão verificar se pode ser dado ou não. Que autoridade os conselheiros do Tribunal de Contas do Distrito Federal têm para fazerem isso? Dos sete, cinco são ex-Deputados. Portanto, é uma interferência absurda. Já não basta o Ministério Público ditar o que temos que fazer? Já não basta o Judiciário derrubar as leis que a gente faz? Agora precisamos de autorização prévia. Chamam de tribunal, mas não é tribunal, é um órgão auxiliar do Poder Legislativo. Eles têm que se pôr no lugar deles, de auxiliar, e não de querer mandar em Deputado, dizer o que Deputado tem que fazer. Eu pedi para o Willemann elaborar uma proposta de decreto legislativo – porque eu vou pegar a assinatura de todos os Parlamentares aqui e pretendo votar isso já na próxima semana – para acabar com essa interferência absurda no destino do Legislativo. É a coisa mais absurda que eu já ouvi falar na minha vida! Enquanto o Governador está de acordo com isso, proliferam os movimentos. Continuam aqui os policiais civis com seu plantão democrático todos os dias à tarde, mas, agora mesmo, os professores do Distrito Federal estão ocupando a Praça do Buriti, a pista e o gramado do Palácio.

Estamos eu e o Deputado Prof. Reginaldo Veras tentando contato com o Governador. Nem fui à manifestação. Estou, o tempo todo, ao telefone ligando para ele, para ver se ele... O que nós queremos? Que ele receba uma comissão do Sindicato dos Professores e diga que está reaberta a negociação, para distensionar e eles desocuparem, porque vai terminar dando em algo que não é desejável para esta cidade. Eu conheço os professores do Distrito Federal. Eles não têm medo de governo, até porque todos os governos que passaram por aí foram derrotados pelos movimentos de trabalhadores. O bom é que os governos passam e os trabalhadores ficam, porque os trabalhadores são permanentes e o governo é provisório. Este é o mal – vejo aqui o Presidente do Sinpol – dos governantes: o cabra é eleito para

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
29 03 2017	15h.	23ª SESSÃO ORDINÁRIA.		4

quatro anos e acha que vai ficar quarenta. Só fica quatro. E há deles que, dependendo do nível de relacionamento que eles têm com os servidores, não adianta querer reeleição, porque não vai ter. Por sinal, a figura da reeleição é um traste que deve ser abolido no Brasil, porque, se o cabra souber que vai ficar só quatro anos mesmo, ele vai tomar jeito e governar.

Portanto, faço um apelo ao Governador Rodrigo Rollemberg. Eu nem quero ir lá, Deputado Prof. Reginaldo Veras. E V.Exa. também não quer. A única coisa que nós queremos é que ele receba os professores e diga que está reaberto o processo de negociação. O governante não pode ter birra. O governante não tem vontade própria. O governante não recebe porque é amigo dele. O governante, quando é eleito, é para governar para o conjunto da sociedade, para todo mundo, para quem votou nele e para quem não votou.

A mesma coisa acho que deve fazer para os policiais. Não tem que dizer: "Não, porque os policiais não são meus amigos, eu não..." Não há amigo de governador, até porque amigo de governador, em alguns casos, vira puxa-saco. Eu tenho dito, e vou repetir, que, muitas vezes, o problema dos governos é quem está em volta dele. Sempre tem um puxa-saco para dizer que está tudo bem, e não está tudo bem.

Portanto, o Governador que acorde para a realidade que Brasília vive no momento.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado.

Deputado, olha só, eu até estou tentando aqui falar com o gabinete da Presidente Anilcéia Machado, porque essa informação nós temos que checar, de tão absurda, até porque, se o tribunal assim agir, é usurpação de função. O tribunal não pode, mesmo que queira, assim fazer, até porque o tribunal age se provocado, sob consulta em tese. Então, ele não poderia sequer agir dessa forma.

Hoje, quando fui questionado, inclusive para que se manifestasse a CBN sobre isso, eu preferi ainda não fazer qualquer tipo de manifestação sem antes saber se realmente isso existe, o que há, porque não acredito. E V.Exa. lembrou bem: dos sete conselheiros que lá existem, cinco são ex-parlamentares, conhecem bem o funcionamento, conhecem a legislação e sabem que eles são impedidos legalmente de assim agirem. Por isso, eu prefiro, neste momento, não fazer qualquer tipo de manifestação com relação a isso.

Estou tentando falar aqui com a Conselheira Anilcéia Machado. Tive oportunidade de falar com ela há pouco, mas não toquei nesse assunto, até porque, de fato, eu ainda não sabia da existência dessa suposta norma. Sinceramente não acredito. Se for verdade, obviamente, já que o Governador se submete, esta Casa

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 03 2017	15h.	23ª SESSÃO ORDINÁRIA.	5

não vai se submeter, até pela ilegalidade que seria. Mas, conhecendo a seriedade daquela corte e dos membros dela, prefiro não acreditar.

Então, enquanto os Líderes se manifestam, eu vou continuar tentando falar com a Conselheira Anilcéia Machado e, logo depois, passo o retorno.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente, nobres colegas, lógico, não duvidando da fala do queridíssimo amigo Deputado Chico Vigilante e até por conhecer exatamente o perfil de cada um dos conselheiros do Tribunal de Contas, preferimos, Deputado Chico Vigilante, acreditar que não seja fato verdadeiro. Especialmente naquilo que V.Exa. já disse, pessoas que passaram por esta Casa jamais iriam concordar, e não deveriam concordar, com esse tipo de arbitrariedade, mesmo porque, como já disse o Deputado Wellington Luiz, o tribunal só pode agir, decidir por provocação. E muito bem disse V.Exa. que o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar do Poder Legislativo. Eu prefiro ainda, Deputado Wellington Luiz, acreditar que não tenha passado apenas de um boato, entre aspas. Logicamente, é preciso averiguar isso direitinho. Eu não tenho dúvida nenhuma – e já fiz o pedido a V.Exa., que representa a Câmara Legislativa neste momento – de que, se verdade for, é preciso imediatamente que a Câmara possa entrar em contato com a pessoa certa, que é a Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, para lhe dizer que não se espera isso do tribunal, que goza de tanta confiança do povo do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Bispo Renato Andrade. Sem dúvida, só que o Ricardo já está me dizendo aqui que parece que há uma decisão. Ele já vai inclusive imprimi-la para que possamos tomar conhecimento, interpretá-la aqui. Sendo dessa forma, Deputado Chico Vigilante, nós vamos imediatamente... Todo mundo sabe da minha relação e de V.Exa., da proximidade que tenho com aqueles conselheiros, mas aí há uma questão institucional e não podemos nos curvar diante disso.

Hoje, eu inclusive tenho reunião com o Conselheiro Renato Rainha, eu e o Joe; segunda-feira, já tenho uma reunião marcada com a Conselheira Anilcéia Machado. Nós vamos, sem dúvida nenhuma, reagir em nome da legalidade. Então, podem ter certeza de que não vamos ficar calados. Justamente na nossa gestão, é obrigação da Mesa Diretora e dos Deputados reagirem.

Então, estou só esperando o Ricardo passar aqui para que possamos conhecer, já começarmos a fazer um juízo de valor e sabermos como adotar as devidas providências.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 03 2017		15h.	23ª SESSÃO ORDINÁRIA.		6

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para ratificar que foi publicado, é fato! É fato, eu li, está publicado. Em cima disso, estou elaborando o decreto legislativo, porque é coisa tão absurda, tão esdrúxula, que, na hora em que eu li – porque eu ouvi a *CBN* e, em seguida, fui apurar –, não acreditei. Não é possível que superaram todos os limites. E, se isso prevalecer, só resta uma coisa para a Câmara Legislativa: fechar. Ela é para quê? Já não podemos fazer quase nada; as decisões que tomamos, o governo não respeita; e ainda vem um órgão auxiliar do Poder Legislativo dizer que não podemos legislar! Aí é – desculpa a expressão, Deputado Wellington Luiz – esculhambação demais.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Verdade, Deputado. É porque V.Exa. não havia dito que tinha lido. Por isso, eu disse que iríamos averiguar. Mas a informação de V.Exa. sempre é confiável. Eu só tinha a matéria da *CBN* e, de tão absurdo, não acreditei! Mas, com base na informação de V.Exa. e já agora com a publicação que V.Exa. mencionou, nós vamos, imediatamente, com base no seu decreto legislativo e em outros que nós faremos aqui, combater isso.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa tarde. De fato, é fato a medida do TCDF. Acho que o projeto de decreto legislativo de suspensão é uma medida legal interessante, mas mais interessante ainda seria V.Exa., que tem boa relação com aquela corte, usando sua capacidade de persuasão, levá-los ao entendimento de que o melhor é revogar tamanho absurdo de tão esdrúxula que é a decisão. O governo se manifestou dizendo que é bom e interessante, porque aumenta o controle. Olha, qualquer um de nós sabe que é um controle prévio, ilegal e até inconstitucional. Veja bem, se for para fechar esta Casa aqui, é melhor fechar logo o Buriti, e os conselheiros do Tribunal de Contas se transformam em um conselho de administração do Distrito Federal, e a gente inova a estrutura republicana do País. Talvez isso sirva de exemplo para os demais. Não sei se vai valer a pena, considerando a origem de todos por aí. Entendeu, Presidente? O melhor caminho neste momento é esta Casa dialogar com o Tribunal de Contas e mostrar que aquilo que foi tomado lá, digamos, foi feito de maneira impetuosa. Vale muito mais o diálogo institucional. Se não der certo, aí sim, a gente usa o mecanismo legal necessário, que é o projeto de decreto legislativo com a suspensão.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Sem dúvida, Deputado. Eu acho que essa é a primeira medida que deve ser adotada. Eu, inclusive, já estou fazendo isso, entrando em contato com a Conselheira Anilcéia Machado. Entretanto,

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
29 03 2017	15h.	23ª SESSÃO ORDINÁRIA.		7	

nós não iremos fechar as portas da Câmara, da Casa do Povo, para atender a interesses escusos, até porque esta Casa aqui é a porta-voz do povo. Essas galerias estão lotadas aqui todos os dias, e V.Exas. sabem disso. Então, nós não vamos não. Se não fosse assim, esse Governador estaria comandando os desmandos dele. Não vamos fazer não. Pelo contrário, vamos fazer cumprir a lei, porque para isso fomos eleitos. É assim que iremos reagir. A legalidade tem de prevalecer. Se o Governador está acostumado com o desmando, nós não. Aqui, vai ser diferente. Podem ter certeza absoluta. Enquanto esta Mesa Diretora estiver à frente, podem ter certeza de que a reação será à altura. Podem ter certeza absoluta.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a decisão é dada no Processo nº 11.309, de 2016. Quer dizer, esse processo entrou lá em 2016, o Pleno do Tribunal de Contas decidiu agora, e foi publicado na terça-feira, dia 28 de março, de 2017, na página 11 do Diário Oficial exatamente isto, Deputado Bispo Renato Andrade, está aqui a decisão: qualquer projeto de reajuste de servidores tem de ser analisado antes pelo Tribunal de Contas para decidir se pode tramitar ou não ou se não está ferindo a Lei de Responsabilidade Fiscal – o que, convenhamos, é uma interferência absurda, indevida, que nós não podemos aceitar em hipótese nenhuma.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Deputado Chico Vigilante, só uma pergunta, porque eu fico escutando vocês falarem. Quer dizer então que o reajuste de salário de qualquer servidor tem de passar por eles primeiro?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Tem. Primeiro por eles.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Então, vamos pegar o povo, talvez o Tribunal de Contas esteja muito vazio, porque lá não entra quase ninguém mesmo. Eu já fui e vou lá com um monte de gente. Vamos pegar o povo e levar para a galeria de lá para dar trabalho para eles, se esse é o problema.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – É uma boa ideia.

DEPUTADA TELMA RUFINO – O povo vem reclamar é aqui. A gente é quem leva pancada. Então, vamos fazer isto: passar para lá. Eles não querem trabalhar? Pegamos o pessoal da Polícia Civil e colocamos todo mundo lá dentro, assim como os merendeiros e os professores, para eles verem o que é bom. Porque pimenta na cabeça dos outros – para não falar em outro lugar – é frescor, não é, Deputado? Então, vamos mandar para lá.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA		
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO		SETOR DE TAQUIGRAFIA		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
29 03 2017	15h.	23ª SESSÃO ORDINÁRIA.	8	

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputada, olha só, nós não vamos transferir a responsabilidade desta Casa para outro poder. Vai continuar sendo nossa. V.Exa. tem razão, mas ela vai continuar sendo nossa. Gostem ou não.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, está diante de nossos olhos. É difícil acreditar em algumas coisas que acontecem, mas eu quero falar em cima de uma fala de V.Exa. sobre a questão do fechamento da Câmara Legislativa. Só para uma reflexão. Todo mundo fala mal desta Casa de Leis, dos Deputados, mas imaginem o Distrito Federal sem um poder igual à Câmara Legislativa. Com toda certeza, a decisão passaria apenas pelo Governador, fosse ele qual fosse – não estou falando de Rodrigo Rollemberg apenas. Ele decidiria sozinho. Não se passaria pelo crivo daqueles que aqui debatem diuturnamente sobre os projetos que passam aqui nesta Casa. Então, a quem interessa, de fato, o fechamento da Câmara Legislativa? Todos nós que estamos aqui vamos passar, menos dias ou mais dias. Uns serão candidatos, outros não serão candidatos mais, outros vão perder a eleição, mas o povo do Distrito Federal não pode prescindir, não pode abrir mão de um Poder Legislativo forte, atuante e determinado como tem tido. Não posso aceitar, em hipótese nenhuma, essa história de fechar a Câmara Legislativa do Distrito Federal. Não importa qual fosse o Governador, ele agiria como um ditador, como um tirano e humilharia muito mais o povo do Distrito Federal. Ao longo da história, nós podemos perceber isso. Se o governador for bom, Brasília vai bem, mas, se Brasília não estiver bem – muitas vezes o governante não está indo bem –, quem vai sofrer é a população do Distrito Federal porque, de fato, a Câmara Legislativa tem esse poder de controle.

Era isso, Sr. Presidente. Se isso que está havendo aqui for aquilo que nós estamos imaginando, é o fim de um momento de boa relação que sempre existiu entre esses poderes.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Bispo Renato Andrade, sem dúvida nenhuma.

Lembro que a gente pode fazer uma comparação da situação da Câmara Legislativa com a dos policiais. Falam muito mal das polícias. Agora tirem as polícias das ruas para ver se não fazem falta imediatamente? Olhem o que aconteceu no Espírito Santo: a polícia saiu, o bandido entrou. E é assim que funciona. É isso que o Sr. Governador tem que lembrar. Quando ele não valoriza os policiais, e eles têm que sair para fazer o movimento paredista, quem entra é o criminoso, o bandido, que acaba pressionando a população. É isso que nós temos de entender. Tanto a Câmara Legislativa quanto os policiais não têm que ser só reconhecidos, precisam ser valorizados. Temos que nos lembrar bem disso. Só quando perde é que se valoriza.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 03 2017		15h.	23ª SESSÃO ORDINÁRIA.		9

Obrigado. (Palmas.)

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PODEMOS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em relação a essa decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal, quero emitir uma opinião do meu ponto de vista, pelo meu entendimento de quando fiz a leitura. A decisão diz que os projetos de aumento de salário de servidores que são financiados com recursos do Tesouro do Distrito Federal devem ser analisados previamente no sentido de impacto financeiro pelo egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal. A gente precisa entender que o TCDF não é um poder. Ele faz parte do Poder Legislativo e, segundo a própria Lei Orgânica do Distrito Federal e o próprio Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal, é um órgão auxiliar da Câmara Legislativa, tendo em vista que esta Casa Legislativa é quem tem a titularidade da fiscalização do Poder Executivo. Então, nas ações de fiscalização, o titular é a Câmara Legislativa, por ser a Casa do Povo, e o Tribunal de Contas do Distrito Federal, salvo engano, a Lei Orgânica do Distrito Federal diz que é um órgão auxiliar no controle externo às ações do Poder Executivo. Então, o Tribunal de Contas não é um poder. Ele faz parte do Poder Legislativo. Na minha visão, a Lei Orgânica deixa isso muito bem expresso.

Quando a decisão do Tribunal de Contas avalia que os projetos de lei de aumento de salário de servidores precisam ter uma análise prévia do tribunal, no meu entendimento, o Tribunal de Contas faz o controle preventivo para que o Distrito Federal não seja impactado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, coisa que nós estamos vivendo hoje. Infelizmente, o Distrito Federal, por diversas razões, chegou ao limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal. O Regimento Interno do próprio tribunal e a Lei Orgânica permitem ao tribunal fazer controles preventivos, principalmente nos gastos que são feitos pelo Poder Executivo. Eu acredito, Deputado Wellington Luiz, que essa análise preventiva nos ajuda – e muito – enquanto Parlamentares, porque isso qualifica – e muito – a nossa decisão. Se eu tiver um parecer de um órgão técnico, que é o Tribunal de Contas, autorizando que se dê o aumento, com certeza nenhum Parlamentar, seja da Base ou da Oposição, vai ter condições de, talvez até por algum discurso a ou b, enfrentar esse parecer.

Eu entendo que é necessário que cada um cuide das suas atribuições, mas essa análise prévia do tribunal, Deputado Bispo Renato Andrade, na minha avaliação, vai melhorar – e muito – o processo legislativo, principalmente na tomada de decisão em relação ao aumento de servidores. Isso eu digo porque, pelo que eu li, a decisão não influencia aquelas carreiras, como a polícia, que são financiadas diretamente pelo Fundo Constitucional; influencia as carreiras que são financiadas pelo Tesouro do Distrito Federal.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 03 2017	15h.	23ª SESSÃO ORDINÁRIA.	10		

Então, eu entendo que o Tribunal de Contas não é outro poder, ele faz parte do Poder Legislativo, que tem a função precípua de fiscalização. O Tribunal de Contas é um órgão auxiliar da Câmara neste ponto. Fazer essa análise prévia com base na decisão que foi tomada pelo egrégio Tribunal de Contas, na minha avaliação, qualifica muito mais o processo decisório.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado.

Vou passar a palavra para o Deputado Chico Vigilante e em seguida ao Deputado Wasny de Roure, mas, antes, só desejo fazer uma ressalva. O que estabelece o regimento sobre o controle preventivo é indiscutível. Contudo, o que o tribunal fez, segundo a decisão, exorbitou disso, tanto é verdade que precisou de uma decisão. Se não fosse assim, não precisariam se manifestar. Quando fizeram, exorbitaram. A decisão é clara, Deputado. Vou lê-la aqui. O inciso III diz: "Determinar aos titulares do Poder Executivo do Distrito Federal, da Câmara Legislativa do Distrito Federal, do Tribunal de Contas do Distrito Federal e Defensoria Pública do Distrito Federal que, no prazo de um dia após o protocolo, na Câmara Legislativa, de proposição legislativa que resulte na criação ou aumento de despesas de pessoal, encaminhe a esta Corte de Contas cópia da aludida proposição e documentos correlatos para fins de aferição da observância das exigências contidas nos artigos nºs 16, 17, 21 e 22, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101, de 2000".

Na minha opinião, isso exorbitou, sim, Deputado. Esse controle preventivo, V.Exa. lembrou bem, já está contido no regimento. Quando decide, através do nº 936, de 2017, ele extrapola a sua competência, no meu entendimento. Enfim, é uma discussão, como bem sugeriu o Deputado Prof. Reginaldo Veras, que nós vamos fazer com os conselheiros. Vamos tentar, antes de assinarmos ou até votarmos o decreto legislativo, que eles revoguem isso. Se não revogarem, as medidas serão adotadas sem problema algum, em que pese o respeito, o carinho e a amizade, inclusive, que eu tenho pela grande maioria dos conselheiros que lá se encontram. Todos sabem que muitos deles são amigos meus, inclusive frequentam minha casa. Mas uma coisa será bem separada da outra, podem ter certeza disso.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu fiz questão de vir aqui para falar novamente sobre esse assunto pelo seguinte: quem tem poder para verificar se uma proposição fere ou não a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF antes de ser votada é a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças desta Casa, que o faz, e faz com muita sabedoria. Quem vai dizer se o projeto é constitucional ou não, Deputado, é a Comissão de Constituição e Justiça, que é um órgão desta Casa. Depois, quem vai dizer se a lei feriu ou não a

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 03 2017		15h.	23ª SESSÃO ORDINÁRIA.		11

LRF é o Tribunal de Justiça do Distrito Federal. No caso das 33 leis que foram aprovadas aqui dando reajuste de salário, o tribunal disse que são legais, que tinham cobertura legal, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Foi atestado isso.

Portanto, eu lamento que o Líder do Governo venha aqui – tendo em vista que o governo está de acordo, demonstra-se que é um governo fraco – e faça o malabarismo que fez para tentar dizer que isso é legal, Deputado Raimundo Ribeiro – V.Exa. que é jurista. Por mais respeito e carinho que eu tenha pelos conselheiros, eu não posso dizer que isso é legal, até porque quem tentou ferir a LRF, num determinado momento aqui, foi o tribunal, quando mandou aquele projeto que tinha embutido reajuste de até 200%. E fui eu que votei contra ele aqui. Houve o veto e, quando foi derrubado, votei pela manutenção. Depois, fui ao Tribunal de Justiça e derrubei a lei, porque era absurda. Portanto, eu não posso me contentar com isso, gente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante. Só lembro, Deputado, que eu vou concordar com V.Exa...

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Delmasso, antes disso, eu já vou fazer essa defesa.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Delmasso, pode deixar que, antes disso, farei a defesa.

Deputado Chico Vigilante, primeiro quero deixar bem claro que, do ponto de vista conceitual, eu quero concordar com V.Exa. em gênero, número e grau e discordar totalmente do Deputado Delmasso. Mas, conhecendo o caráter do Deputado, a gente sabe que não houve malabarismo. É uma questão apenas de interpretação, e esta é uma Casa plural. Então, a gente entende claramente que o que o Deputado Delmasso fez foi defender o ponto de vista dele. E uma coisa que esta Casa tem que fazer – todos nós – é respeitar o ponto de vista de cada colega. Só quero deixar bem claro isso.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Delmasso, eu não vou deixar V.Exa. falar agora, vou esperar se acalmar um pouco.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Delmasso, V.Exa. tem razão, mas eu vou deixar V.Exa. se sentar ao lado do Deputado Chico Vigilante para os dois tomarem um cafezinho e se acalmarem primeiro.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29	03	2017	15h.	23ª SESSÃO ORDINÁRIA.	

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tanto a Lei Orgânica quanto o Regimento instruem a maneira como determinadas matérias vêm a esta Casa. Toda matéria que traz impacto orçamentário já tem procedimento previsto seja na Lei Complementar nº 101, seja na própria Lei Orgânica, seja no Regimento desta Casa. Lá é citada, inclusive, a necessidade de cópia de matérias que se reportam a determinadas legislações.

Então, quem tem que fazer essa declaração não é o Tribunal de Contas, é o órgão executor. Ele é que tem a tarefa de fazer os devidos empenhos ou autorizar empenho, este ou aquele gasto, se é concurso público etc. Assim, Sr. Presidente, quem tem que instruir é o Governo do Distrito Federal. O que ocorre é que, desde o governo anterior, e nesse governo, as autoridades que cuidam do Orçamento e de sua execução perderam respeito seja dos próprios órgãos de controle, seja do próprio Ministério Público, seja do Tribunal de Justiça. Eu nunca vi – nós estamos vivenciando isso – Presidente de Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ser notificado pelo método como foram votadas determinadas matérias de benefício fiscal. Há Deputados respondendo por seu voto ou por seu relatório. Isso está acontecendo. No entanto, Sr. Presidente, com todo o respeito que tenho pelo Tribunal de Contas, o meu entendimento é que, mesmo ele acompanhando, a autoridade prevista na Lei Complementar nº 101 e na Lei Orgânica é do Poder Executivo, porque é quem tem, de fato, o controle dos gastos do Distrito Federal. É essa a questão maior.

O Deputado Chico Vigilante, a despeito da maneira muito peculiar dele – todos nós conhecemos, meu colega, um Deputado bastante inteligente –, eu entendo que o Tribunal de Contas não tem essa atribuição de dar aferição quanto à observância das legislações infraconstitucionais para determinadas matérias que trazem impacto. É a questão do benefício fiscal.

Então, a próxima medida é o Tribunal de Contas solicitar as previsões orçamentárias no que diz respeito à matéria de natureza de remissão ou de benefício fiscal, para saber quanto vai custar para a cidade. Acho que não podemos perder a compostura aqui. É tarefa do Poder Executivo instruir ao encaminhar as matérias para esta Casa, dando as informações previstas na legislação, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Acho que o Deputado Wasny de Roure, de forma técnica, resumiu essa matéria. Eu até queria pedir a gentileza ao Deputado Wasny de Roure – é claro que já tem Deputado inscrito, primeiro vou passar a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro, depois ao Deputado Ricardo Vale –, porque, depois, eu queria retomar o Comunicado de Líderes, até porque temos a Ordem do Dia, e nós precisamos iniciá-la. Primeiro, os Comunicados de Parlamentares e, na sequência, a Ordem do Dia.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 03 2017	15h.	23ª SESSÃO ORDINÁRIA.	13		

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PODEMOS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de deixar claro que eu não vim falar aqui enquanto Líder de Governo, Deputado Chico Vigilante. É uma posição minha. Posso estar errado na minha interpretação? Posso, mas é uma posição minha. Eu, Deputado Delmasso, tenho essa posição. Posso estar errado? Não tem problema, o processo democrático é esse. A gente tem divergências de ideias, de posicionamentos e de interpretações. É uma posição minha. Não falo enquanto Líder de Governo, mas enquanto Parlamentar. Falo pelo entendimento que eu tenho da legislação – só para deixar isso bem claro.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Muito obrigado, Deputado Delmasso.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente, quero lembrar aqui o que eu venho dizendo sempre: a gente vive tempos estranhos – sabe, Deputado Chico Vigilante. A gente tem visto aí poderes que não se comportam como poderes, instituições que se comportam como poderes. Isso vai gerando uma série de distorções que, represadas, num determinado momento transbordam. Temos aqui diversos representantes da área de segurança. E a área de segurança é um caso claríssimo. Para aqueles que não se lembram, quando se saiu por aí falando em PEC 37, esqueceram que estavam retirando dos delegados de polícia altamente competentes uma atribuição e passando para outras pessoas. O resultado está aí: essa história da carne que causou um prejuízo enorme para este País, e o tempo vai mostrar o que está acontecendo. Agora, isso aí é outra discussão que tem que ser feita, inclusive, no âmbito federal. Veja que nós tivemos, até nesse caso de invasões de competência, que presenciar na história política contemporânea deste País uma situação inusitada. Foi preciso que o Senador Renan Calheiros – com todos os problemas que dizem pesar sobre ele – chegar e dar uma freada e arrumação. Chegar e dizer: não vai entrar aqui, não! Esta Casa é um Poder e tem que ser respeitada. Vocês se lembram disso, foi recente! Então, eu acho que é bom as pessoas terem juízo até para que a gente não chegue naquilo que o Michael Douglas interpretou em *Um Dia de Fúria*, um dia na vida.

Eu queria falar sobre essa questão do Tribunal de Contas. Primeiro, não é o caso do Tribunal de Contas do Distrito Federal, ele é composto por pessoas extremamente competentes e colaborativas, muitas delas amigos nossos inclusive. O papel é um negócio danado porque o papel é de uma frieza, eu diria até de uma frieza muito crua, é uma coisa. Então, eu queria sugerir que o Sr. Presidente, Deputado Joe Valle, como nosso representante, juntamente com os Parlamentares

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
29 03 2017	15h.	23ª SESSÃO ORDINÁRIA.		14

que ele entender que possam acompanhá-lo, buscasse um entendimento do que exatamente o Tribunal de Contas quis colocar, para que não permitamos que aqui no Distrito Federal desbordem os problemas que temos visto por aí com outros Poderes em outras esferas. O Tribunal de Contas do Distrito Federal, que tem inestimáveis serviços prestados não apenas à cidade, mas também em conjunto com a Câmara Legislativa, certamente poderá nos ajudar a termos um entendimento perfeito sobre a aplicação daquilo que é desejo daquela Casa, que colabora e que tem suas atribuições institucionais.

Então, Sr. Presidente, é apenas essa sugestão, lembrando que, de repente, é hora de até mesmo o Poder Legislativo local, que tem procuradoria e assessoria de comunicação, num determinado momento, se reposicionar diante de tudo que está acontecendo no Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado.

Acabei de receber uma ligação do Conselheiro Renato Rainha, que daqui a pouco vai retornar e fazer as suas ponderações. Vamos discutir isso junto com o tribunal. Eu e o Sr. Presidente, Deputado Joe Valle, teremos daqui a pouco uma reunião com aquela Corte e esse assunto com certeza será abordado.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria sugerir a todos os Deputados da Câmara a aprovação de uma moção de apoio à greve dos professores, pedindo que o Governador Rodrigo Rollemberg receba a comissão do Sindicato dos Professores. Todos sabemos que desde cedo uma assembleia está ali reivindicando o reajuste, um acordo feito ainda no governo passado e que o governo atual ficou de cumprir. É muito ruim a postura do Governador em não querer receber a categoria para discutir e tentar encontrar uma solução para que essa greve se encerre. Mais de mil professores estão ali desde cedo aguardando uma reunião com o Governador.

Eu queria sugerir a aprovação de uma moção de apoio, sugerindo que o Governador receba essa comissão para que essa greve possa se encerrar. Então, fica aqui o meu pedido a todos vocês. Espero que o governo receba essa comissão o mais rapidamente possível.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Lembro ao Deputado Ricardo Vale que a moção já pode ser apresentada. Com certeza, ela será assinada por todos nós. E vamos aprová-la hoje sim, nós temos que concluir essa sessão com ela aprovada.

Deputado Ricardo Vale, mais que um acordo, existe uma lei aprovada por esta Casa – alguns de nós, eu inclusive, estavam aqui quando ela foi aprovada. Essa lei foi convalidada pelo Tribunal de Justiça quando o Chefe do Poder Executivo reclamou no tribunal a constitucionalidade dela. Então, são indiscutíveis os efeitos

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		Data	Horário Início	
29 03 2017		15h.	23ª SESSÃO ORDINÁRIA.	15

dessa lei. O que ele tem que fazer é cumprir. O mínimo que ele deve fazer é receber de forma respeitosa esses servidores e não fazer o que fez com os policiais, que tiveram que acampar nesta Casa, que está em obstrução, para que eles pudessem ser ouvidos. Os policiais não sairão daqui enquanto a proposta não for encaminhada ao Executivo federal.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Deputado Ricardo Vale, eu gostaria apenas de sugerir para reflexão de V.Exa. que a moção, que já tem o meu apoio, e eu a assinarei com muita satisfação, não se limite apenas a receber, porque receber... esse rapaz recebe um bocado de gente. Agora que ele está zanzado e não está recebendo um bocado também. Mas tem dois anos que ele não resolve é nada. Então, é preciso, no meu entendimento, que a moção traga um sinalizador no sentido de que ele pelo menos possa... Eu sei que às vezes eu sou meio utópico aqui ao querer isso, resolver alguma coisa, mas de toda sorte eu acho que é importante que esta Casa firme uma posição.

Governador, nós estamos aí com os professores sendo obrigados a saírem de sala de aula para virem aqui reivindicar o cumprimento da lei, e o senhor nem receber quer. A mesma coisa ele vem fazendo com o pessoal da segurança. Há quanto tempo ele vem com essa enrolação? Então, eu acho que essa moção, se me permite a sugestão, ao redigi-la V.Exa. sinalize a necessidade, não apenas de receber, mas também de sinalizar com uma solução. Mesmo que ele diga ou sonhe que vá ser reeleito. Ele pode dizer que vai ser em 2024. Está bom! Mas pelo menos ele deu uma resposta. Alguma coisa assim.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (Bloco Sustentabilidade e Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos.

Quero aqui, Sr. Presidente, neste momento, realmente colocar que nós, entendendo o momento em que vivemos, precisamos ter muita calma nessa hora. E dizer que nós já marcamos com a Presidência e com alguns conselheiros do Tribunal de Contas para termos uma conversa sobre o que foi publicado. Temos certeza absoluta de que as intenções são as melhores para que a gente consiga prevenir muitas coisas, mas logicamente eu acho que uma boa intenção feita de forma inadequada... Vamos até lá discutir com o tribunal, que é um órgão auxiliar do Poder Legislativo, e vamos ter uma conversa bastante esclarecedora no sentido de que

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 03 2017	15h.	23ª SESSÃO ORDINÁRIA.	16		

todos lá são ex-Deputados. A maioria, cinco, e eles conhecem bem o rito, conhecem bem a Casa, e são extremamente bem intencionados, competentes, capazes, e certamente teremos a possibilidade de esclarecer todo esse processo para encaminharmos e avançarmos nisso.

De outra ordem, eu gostaria de colocar aos nossos companheiros que nós estamos fazendo toda a gestão para que o Governador, por intermédio da Casa, que é a Casa que faz a mediação, que tem o papel da mediação, que ele receba todas as pessoas, todos os sindicatos, os comandos grevistas, porque não existe solução sem diálogo. Isso está claro. Não tem solução sem diálogo. Então, nós precisamos dialogar. O Chefe do Executivo precisa dialogar. Nós estamos também fazendo essa gestão, já fiz algumas ligações, e estamos buscando que seja recebida pelo Governador, Sr. Presidente, a Presidente do Sindicato dos Professores, assim como o pessoal que tem estado nesta Casa de forma muito ordeira, de forma muito tranquila, e que tem recebido e sendo acompanhado pela Mesa Diretora e por todos os Deputados, que é o pessoal da Polícia Civil.

Então, nós estamos trabalhando para que haja uma solução para todas as categorias no Distrito Federal que tiveram nesta Casa leis aprovadas e que estão valendo. Entendendo todo o momento de crise por que passamos, logicamente com muita responsabilidade, muita tranquilidade, nós que, para continuar o processo claro, correto, e avançando na nossa Capital, precisamos de diálogo, estamos procurando esse trabalho. Vamos agora buscar uma conversa com o Tribunal de Contas do Distrito Federal e, logo em seguida, estaremos lá buscando uma conversa com o Governador.

Sr. Presidente, nós estaremos juntos. Então, eu peço a V.Exa. que esteja junto comigo nesse trabalho. Sairemos daqui para irmos ao Tribunal de Contas e depois ao Governador buscar solução para isso que está aí, porque é o papel desta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Joe Valle, Presidente.

Apenas lembrando, Deputado Joe Valle, que o Conselheiro Renato Rainha fez novamente contato conosco e ele já manifestou a preocupação de que jamais a intenção daquela corte foi de uma afronta. Talvez, como o texto foi redigido por um técnico, não tenha sido feito da forma como se esperava. Mas que a ideia, realmente, seria a de auxiliar e evitar alguns transtornos fiscais. Seria isso. Mas, obviamente, nós vamos ter essa conversa para a gente estancar qualquer dúvida com relação a isso.

De qualquer sorte, lembrando, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que o Presidente falou no lugar de V.Exa. e eu o chamei, o senhor se levantou e se o senhor quiser briga é com o Presidente. O senhor que sabe.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 29 03 2017	Horário Início 15h.	Sessão/Reunião 23ª SESSÃO ORDINÁRIA.	Página 17

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero falar ainda sobre a questão dos professores. Desde as 9h30 da manhã estou lá como professor e não como Parlamentar, até porque nunca falhei a uma assembleia na minha vida, nesses 23 anos de profissão, e não é agora que sou Parlamentar que vou falhar. Então, eu estava lá com a categoria da qual faço parte. Desde que a assembleia decidiu pela manutenção do movimento grevista, eu mantive, via WhatsApp, contato direto com o Governador tentando intermediar uma reunião entre a comissão de negociação e ele. Ele se recusou a receber nesse momento e disse que, se a pista fosse desocupada, o Secretário Sérgio Sampaio receberia, mas os professores já conversaram com o Sérgio Sampaio na sexta-feira e eu estava presente – a partir de uma reunião pedida por mim, pelo Deputado Joe Valle e pelo Deputado Chico Vigilante –, e ficou combinado de, após a reunião da governança na segunda-feira, haver uma conversa com a comissão de negociação, ainda que fosse para dizer não.

Então, eu tenho pedido que Governador pelo menos abra a reunião, depois abra uma mesa de negociação e deixe o Secretário Sérgio Sampaio cuidando e se vá. Contudo, os professores – nós conhecemos muito bem essa categoria – não vão arredar pé, eles vão acampar. E o meu temor maior é que as forças de segurança sejam utilizadas para desbloquear a pista, afinal de contas o horário de *rush* está chegando, e a gente vai tensionar, podendo levar ao confronto, o que não vai ser interessante para ninguém. Vai sair gente machucada e vai ficar muito ruim para a imagem da cidade e para a imagem do Governador.

Eu, inclusive, só estava esperando a oportunidade de fazer essa fala e estou agora me despindo da farda de Deputado e voltando para a assembleia de que participarei com meus companheiros professores.

Obrigado, Sr. Presidente, eu estou de retirada para a assembleia.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Sr. Deputado, somente lembrando que, se esse confronto acontecer, tem nome, viu? Esse confronto vai se chamar Governador Rodrigo Rollemberg, novamente. Porque como bem disse V.Exa., já que ele não cumpre os acordos e não cumpre lei, o mínimo que ele tem que fazer é dialogar. O mínimo que ele tem que fazer é receber as entidades de classe, receber os representantes. Ele não quer cumprir os acordos e não quer conversar? O que ele é? É um imperador? O que o Governador acha que é? Ele foi eleito para ser dono de Brasília? Está confundindo as coisas. Já que não vai cumprir os acordos, o mínimo que ele tem que fazer é receber essas pessoas de forma respeitosa.

Esses professores foram para lá porque já não tinham mais o que fazer, Deputado, e o senhor sabe disse. Hoje os Parlamentares e professores que estão

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
29 03 2017	15h.	23ª SESSÃO ORDINÁRIA.		18

aqui sabem disso, que, se os policiais tomaram conta aqui, foi porque, por diversas vezes nessa tribuna, eu pedi para que ele recebesse e ele não recebeu. Precisou ameaça de paralização. O homem só vai na pressão e no enfrentamento! Então, só assim que funciona. Os professores estão de parabéns, e acabando aqui eu vou pessoalmente para dar os parabéns para eles.

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso (Pausa.)

Concedo a palavra Deputado Juarezão (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro (Pausa.)

Não há mais oradores inscritos nos Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na próxima sexta-feira, às 17h, na rodoviária do Plano Piloto, vai acontecer um ato nacional contra a reforma da Previdência, o Dia Nacional contra a Reforma da Previdência e em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores. Então, aproveito esta tribuna para convocar todos os trabalhadores do Distrito Federal, todas as categorias de servidores, para, lá na rodoviária, fazermos um grande ato de protesto contra essa reforma que o golpista Michel Temer insiste em fazer. Além de protestar contra essa reforma da Previdência, o governo também está com um projeto de terceirização irrestrita, sem salvaguardas para trabalhadores. Se depender do Temer, Sr. Presidente, estará liberada a terceirização geral no País para atividades-meio e atividades-fim dos setores público e privado, precarizando, sem sombra de dúvida, os direitos dos trabalhadores, os direitos trabalhistas.

Portanto, é um momento de união nacional, principalmente dos trabalhadores, para impedir tanto essa reforma da Previdência, como essa reforma trabalhista que o governo Temer insiste em querer fazer. Convoco todos para esse ato, e espero que todos os Deputados também estejam lá, porque não é pouca coisa o que essas pessoas, o que esse Presidente, juntamente com um monte de congressistas irresponsáveis, querem fazer com este País.

Conclamo todos, aproveitando esta tribuna, para, no dia 31, às 17h, pararmos o Distrito Federal e o País. Que façamos uma grande manifestação contra tudo isso que esse governo ilegítimo vem tentando impor ao nosso povo.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 03 2017	15h.	23ª SESSÃO ORDINÁRIA.	19		

Era isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Ricardo Vale.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aqui a gente tem que pelo menos falar, já que no Distrito Federal não acontece quase nada. É importante falar, para ver se alguém nos escuta.

Quero voltar a um tema que me é muito caro: a questão da terceirização. A verdade é que tem muita gente falando de terceirização sem saber o que é terceirização. Quando eu comecei no movimento sindical na década de 80, a gente a chamava de sublocação de mão de obra. Foi uma modalidade pensada na Segunda Guerra Mundial, tendo em vista que a economia de guerra tem que produzir rápido. Depois foi transplantada para o Brasil em 1968. A Junta Militar Brasileira criou esse sistema – portanto, é um sistema da ditadura – de contratação de trabalhadores terceirizados por noventa dias, e não mais que noventa dias. Depois de tanta luta, a gente terminou legalizando algumas, como os vigilantes. Os vigilantes podem trabalhar legalizados, assim como os trabalhadores de limpeza. Os demais continuaram na ilegalidade.

Em 1998, no governo Fernando Henrique, foi criado um projeto, absurdo, votado no Senado Federal. Da composição do Senado daquele tempo, 29 já morreram. Eles desenterraram o projeto lá do cemitério e botaram para votar no plenário da Câmara Federal. Agora vai à sanção do golpista. Todos os homens e mulheres de bom senso deste País são contra. A terceirização sem limite destrói este País. Eles fizeram pior do que na Ditadura Militar, porque eles ampliaram a contratação temporária de noventa dias para nove meses. Esse trabalhador vai trabalhar nove meses, depois será demitido, ficará três meses fora e, em seguida, eles poderão arrumar outro para trabalhar mais nove meses. Não terá férias nunca, não terá fundo de garantia depositado, não vai ter nada. Em alguns casos serão quarteirizados. Vamos pegar o exemplo da Câmara Legislativa. Qual a atividade fim da Câmara Legislativa? Produzir leis. Quem são os servidores diretos daqui? São os assessores parlamentares concursados, as taquígrafas que estão aqui, enfim, é esse quadro todo. Vocês estão escrevendo aqui neste momento. Se esse maldito projeto prosperar e virar lei, no futuro, dependendo da direção que estiver na Câmara Legislativa, poderá haver contratação de taquígrafos terceirizados. Uma empresa vai fornecer taquígrafos para a Câmara com salário desgraçado, com salário de fome, sem nenhuma garantia, sem direito nenhum. É possível que, num banco, por exemplo, a única atividade direta seja o gerente do banco. O restante, todo mundo será terceirizado. Em uma grande loja, vai haver o gerente da loja de confiança do dono, do conglomerado, e todos os outros serão terceirizados. É um absurdo, gente!

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29	03	2017	15h.	23ª SESSÃO ORDINÁRIA.	
					20

É um negócio realmente criminoso, e parece que o Brasil não acordou para isso ainda. Isso não diz respeito a faxineiro ou vigilante, diz respeito ao conjunto dos trabalhadores, inclusive os que têm emprego direto hoje. Há mais um lance: a terceirização não entra na LRF. Portanto, podem contratar o tanto que quiserem. Vamos ter no hospital todo mundo terceirizado, inclusive os médicos. É o fim.

Não estou falando aqui em atacar a legislação, a CLT, de 73 anos, uma senhora muito atual ainda. Está se falando de destruição, está se falando de regredir à época da escravidão, sendo que naquele tempo o escravo era mais bem tratado do que um empregado terceirizado, porque os senhores do engenho, donos dos escravos, tinham que mantê-los com saúde e alimentá-los, para poderem vendê-los para outro. E o trabalhador terceirizado é jogado onde? Na fila do INSS, é peça de reposição fácil.

Eu vou insistir nisso para ver se a gente abre a cabeça dos trabalhadores e eles vejam que todo mundo está ameaçado. Os professores que estão dando aula têm que tratar sobre isso com os alunos. Minha filha é estudante de direito e me falou que a professora da faculdade onde ela estuda deu um exemplo, chamando a atenção deles. É importante que todo mundo que tenha a mínima possibilidade de esclarecer, chame a atenção para o que está acontecendo. O que me anima é que ainda há, graças a Deus, alguns homens sensatos na política brasileira.

Ontem eu conversei com um empresário que eu conheço antes de ele estar na política. Ele era presidente do Sindicato das Empresas e eu presidente do Sindicato dos Vigilantes. É o Senador Eunício de Oliveira, que hoje é o Presidente do Senado Federal. Ele é proprietário de empresas terceirizadas e ele me dizia: "Chico, eu estou contra do jeito que está colocado. Sou contra porque eu conheço essa realidade". E me disse mais. Aí eu sugeri para ele e pedi... Ele me disse que teria uma reunião com o Senador Paulo Paim para os dois, o Paim, representando os trabalhadores, e ele, com a visão empresarial que tem, chegarem a um texto que seja minimamente aceitável do ponto de vista do ser humano. Portanto, estou muito preocupado com essa realidade e não vejo outro caminho a não ser as ruas, as praças, as avenidas, os bares, as igrejas, tudo ser ocupado pelos trabalhadores para acabarem, para barrarem esse retrocesso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Antes de encerrar, temos uma retificação a ser feita.

Determino que os Setores de Tramitação, Ata e Súmula e de Taquigrafia consignem a leitura da 17ª Sessão Ordinária, de 15 de março de 2017, da Indicação nº 9.704, de 2017, de autoria do Deputado Delmasso, uma vez que, na referida sessão plenária, foram anunciadas 73 indicações de autoria do Parlamentar, quando, na verdade, o autor encaminhou 74 indicações para leitura.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
29	03	2017	15h.	23ª SESSÃO ORDINÁRIA.	
				21	

Comunico também que foram lidos em duplicidade, na sessão ordinária do dia 22 de março de 2017, o requerimento da Deputada Celina Leão que "requer informações à Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal", bem como o requerimento do Deputado Delmasso que "requer providências ao Secretário de Estado de Saúde de realização de inspeção de vigilância sanitária nos distribuidores do Distrito Federal que são abastecidos pelos frigoríficos citados na Operação Carne Fraca".

Esta Presidência informa que, em razão da aprovação do Requerimento nº 2.453, de 2017, de autoria do Deputado Delmasso, a sessão ordinária de amanhã, quinta-feira, dia 30 de março de 2017, será transformada em comissão geral para debater a importância da administração da execução da Política de Atenção Primária. Então, policiais civis, amanhã não haverá sessão. Portanto, não poderá haver qualquer votação. Continuaremos do jeito que estamos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h23min.)